

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202412/0558

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Economia

Orgão / Serviço: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: a detida no organismo de origem

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

- Assessoria ao Conselho Diretivo na gestão financeira dos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em particular para preparação e submissão de pedidos de pagamento e de acompanhamento e preparação de reportes periódicos sobre a execução.
- Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por deliberação, despacho ou determinação do Conselho Diretivo.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Economia ou Gestão

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Economia
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Gestão

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.	1	Rua C do Aeroporto de Lisboa	Lisboa	1749077 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: candidaturas.mobilidades@ipma.pt

Contacto: recursos.humanos@ipma.pt

Data Publicitação: 2024-12-18

Data Limite: 2025-01-03

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Recrutamento de um Técnico Superior, em regime de mobilidade, nos termos dos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho Faz-se público que o Instituto Português do Mar e da Atmosfera pretende recrutar um técnico superior por mobilidade interna, nos termos dos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), nos seguintes termos: 1 - Caracterização da oferta: 1.1 - Tipo de oferta: mobilidade interna na categoria entre órgãos; 1.2 - Carreira e categoria: técnico superior; 1.3 - Remuneração: a detida no organismo de origem. 2 – Caracterização do posto de trabalho: • Assessoria ao Conselho Diretivo na gestão financeira dos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em particular para preparação e submissão de pedidos de pagamento e de acompanhamento e preparação de reportes periódicos sobre a execução. • Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por deliberação, despacho ou determinação do Conselho Diretivo. As funções consultivas, de estudo, planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, a exercer exigem responsabilidade e autonomia, ainda que com enquadramento superior qualificado, e que se inserem na Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações do Conselho Diretivo. Para o exercício das funções é necessário o seguinte perfil de competências: Orientação para o serviço público; orientação para a colaboração; orientação para a mudança e inovação; orientação para os resultados; análise crítica e resolução de problemas. 3 - Requisitos exigidos: 3.1 - Relação jurídica: os candidatos devem ser detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com a administração pública, em efetividade de funções e integrados na carreira de técnico superior; 3.2 - Habilitação académica: Licenciatura em Economia ou Gestão; 3.3 - Aptidão para trabalhar em equipa, bom relacionamento interpessoal, capacidade de comunicação verbal, e responsabilidade e compromisso com o serviço; 3.4. - Requisitos de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP: 3.4.1 - Nacionalidade Portuguesa; 3.4.2 - 18 anos de idade completos; 3.4.3 - Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; 3.4.4 - Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; 3.4.5 - Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 4 - Local de trabalho: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., Rua C do Aeroporto, 1749-077 Lisboa. 5 - Seleção dos candidatos: Entrevista profissional de seleção os candidatos que melhor correspondam ao perfil pretendido. 6 - Prazo de entrega da candidatura: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público. 7 - Formalização da candidatura: 7.1 - As candidaturas devem ser formalizadas mediante email dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, I.P., Professor Doutor José Ângelo Guerreiro da Silva, com expressa referência ao procedimento por mobilidade interna de um posto de trabalho de Técnico Superior para o Núcleo de Planeamento e Apoio ao Conselho Diretivo, enviadas por correio eletrónico para o endereço candidaturas.mobilidades@ipma.pt, devendo o envio ocorrer até ao termo do prazo fixado. 7.2 - A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes elementos: a) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado; b) Fotocópia simples do certificado de habilitações literárias; c) Declaração atualizada emitida pelo serviço de origem da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira/categoria de que o candidato é titular, a posição e nível remuneratório e o correspondente valor pecuniário; d) Documento comprovativo das funções exercidas. Lisboa, 17 de dezembro de 2024

Observações
